

capa

Ananya Roy

# Cidades faveladas\*

Repensando o urbanismo subalterno



## Resumo

Este artigo é uma intervenção nas epistemologias e metodologias dos estudos urbanos. Ele procura compreender e transformar as formas em que as cidades do Sul global são estudadas e representadas na pesquisa urbana e, até certo ponto, também no discurso popular. Desse modo, o artigo se ocupa principalmente com uma formação de ideias - “urbanismo subalterno” - que se encarrega da teoria da megacidade e de seus espaços e classes subalternas. Dessas, a onipresente “favela” é a mais proeminente. Escrevendo contra narrativas apocalípticas e distópicas da favela, o urbanismo subalterno fornece relatos da mesma como um terreno de habitação, subsistência, auto-organização e política. Esse é um desafio vital e mesmo radical para as narrativas dominantes da megacidade. No entanto, este artigo está preocupado com os limites e as alternativas ao urbanismo subalterno. O texto destaca portanto as estratégias analíticas emergentes, utilizando categorias teóricas que transcendem as conhecidas metonímias do subdesenvolvimento, tais quais a megacidade, a favela, a política de massa e o *habitus* dos despossuídos. Diversamente, quatro categorias são discutidas: periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos. Informadas pelo urbanismo do Sul global, essas categorias rompem com entendimentos ontológicos e topológicos de sujeitos e espaços subalternos.

**Palavras-chave:** Favela; Urbanismo subalterno; Sul Global; Megacidade.

## Abstract

This article is an intervention in the epistemologies and methodologies of urban studies. It seeks to understand and transform the ways in which the cities of the global South are studied and represented in urban research, and to some extent in popular discourse. As such, the article is primarily concerned with a formation of ideas - ‘subaltern urbanism’ - which undertakes the theorization of the megacity and its subaltern spaces and subaltern classes. Of these, the ubiquitous ‘slum’ is the most prominent. Writing against apocalyptic and dystopian narratives of the slum, subaltern urbanism provides accounts of the slum as a terrain of habitation, livelihood, self-organization and politics. This is a vital and even radical challenge to dominant narratives of the megacity. However, this article is concerned with the limits of and alternatives to subaltern urbanism. It thus highlights emergent analytical strategies, utilizing theoretical categories that transcend the familiar metonyms of underdevelopment such as the megacity, the slum, mass politics and the *habitus* of the dispossessed. Instead, four categories are discussed - peripheries, urban informality, zones of exception and gray spaces. Informed by the urbanism of the global South, these categories break with ontological and topological understandings of subaltern subjects and subaltern spaces.

**Keywords:** Slumdog; Subaltern Urbanism; Global South; Megacities.

\* A opção de tradução de *slumdog* por “favelado” justifica-se pelo uso depreciativo com que os termos são empregados para referir-se aos grupos marginalizados residentes em assentamentos informais na Índia e no Brasil. Ademais, no caso brasileiro, o termo “favelado” vem recentemente adquirindo conotação mais positiva, passando em alguns casos a ser empregado pelos próprios moradores de favelas, o que revela um processo de reconhecimento e autoafirmação face à subalternidade. Portanto, a ambivalência atual do termo expressa uma disputa de significados que dialoga com as preocupações da autora. (N.T).

## Ananya Roy

é professora de Planejamento Urbano, Bem-Estar Social e Geografia e diretora inaugural do Instituto em Desigualdade e Democracia na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Previamente, lecionou na Universidade da Califórnia, Berkeley, onde fundou e liderou vários programas acadêmicos, incluindo os programas em Estudos Urbanos e Estudos Metropolitanos Globais, além de ocupar a presidência em Pobreza Global e Prática. Nascida em Calcutá, Índia (1970), Roy é Bacharel em Estudos Urbanos Comparativos (1992) pelo Mills College, mestre em Planejamento Urbano (1994) e doutora (1999) pelo Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade da Califórnia, Berkeley.

ananya@ucla.ucla.edu

*Através de um riacho imundo e cheio de lixo, entramos na área residencial da favela, pisando com cuidado para garantir que não pisemos em esgoto humano. Fios desencapados pendem de paredes bambas; nos agachamos através de passagens estreitas entre casas feitas de escombros reaproveitados à medida que o céu desaparece acima de nossas cabeças. Por trás das frágeis portas acortinadas, espiamos bebês dormindo em colchões sujos em minúsculos barracões, as mães ocupadas lavando, cozinhando e limpando.*

*As poucas horas que eu passei visitando a densa favela Dharavi de Mumbai são desconfortáveis e perturbadoras, beirando o voyeurismo. Elas também estão entre as mais inspiradoras da minha vida.*

*Em vez de um bairro caracterizado pela miséria, encontro um lugar movimentado e empreendedor, repleto de indústrias de pequena escala que desafiam suas circunstâncias para florescer em meio à penúria. Ao invés de pena, estou inspirado pela capacidade alquímica do homem de prosperar quando a situação é crítica (Crerar, 2010).*

*Os estudos pós-coloniais, comemorando involuntariamente um objeto perdido, podem se tornar um alibi, a menos que sejam colocados dentro de um quadro geral (Spivak, 1999: 1).*

**N**a imaginação urbana do novo milênio, a “megacidade” tornou-se uma abreviação para a condição humana do Sul global. Cidades de tamanhos enormes são delineadas pelo que Jennifer Robinson (2002: 531) chamou de “desenvolvimentismo”. Os seus problemas hercúleos de subdesenvolvimento – pobreza, poluição ambiental, doenças – são motivos de inúmeros diagnósticos e intervenções reformistas. A megacidade pode, portanto, ser entendida como o “exterior constitutivo” dos estudos urbanos contemporâneos, existindo em uma relação de diferença com a norma dominante da “cidade global” – nós urbanos que são vistos como pontos de comando e controle da economia mundial. Seguindo Chantal Mouffe (2000: 12), que, por sua vez, recorre a Jacques Derrida, o “exterior constitutivo” não é um oposto dialético, mas sim uma condição de emergência, um externo que, estando dentro, cria uma “indecidibilidade radical”. A megacidade, desse modo, torna impossível a própria categoria da cidade global, revelando os limites, as porosidades e as fragilidades de todos os centros globais. Existe um futuro de megacidade para todas as cidades globais? Qual cidade global pode funcionar sem a dependência relacional de economias aparentemente distantes de combustíveis fósseis e mão de obra barata? Nesse sentido, a megacidade marca os limites do reconhecimento arquivístico e etnográfico<sup>1</sup>. Assim, a megacidade é o “subalterno” dos estu-

dos urbanos. Não pode ser representada nos arquivos do conhecimento e, portanto, não pode ser o sujeito da história.

Este artigo é uma intervenção nas epistemologias e metodologias dos estudos urbanos. Nele, procuro entender e transformar as formas em que as cidades do Sul global são estudadas e representadas nas pesquisas urbanas e, até certo ponto, no discurso popular. Desse modo, o artigo se ocupa principalmente com uma formação de ideias – “urbanismo subalterno” – que se encarrega da teoria da megacidade e de seus espaços e classes subalternas. Desses, a onipresente “favela” é a mais proeminente. Escrevendo contra narrativas apocalípticas e distópicas da favela, o urbanismo subalterno fornece relatos da mesma como um terreno de habitação, subsistência e política. Esse é um desafio vital e mesmo radical às narrativas dominantes da megacidade. O urbanismo subalterno é então um paradigma importante, pois busca conferir reconhecimento a espaços de pobreza e formas de agência popular que muitas vezes permanecem invisíveis e negligenciadas nos arquivos e anais da teoria urbana.

No entanto, neste artigo estudo os limites de tais itinerários de reconhecimento ao repensar o urbanismo subalterno. Com base na teoria pós-colonial,

---

junto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história. O termo aponta para o limite do que pode ser conhecido sobre um período histórico particular. Assim, o “arquivo” de um determinado tempo nunca está plenamente acessível à inspeção, sendo, portanto, parcialmente incognoscível. (N.T.).

1 A ideia de “reconhecimento arquivístico e etnográfico” da autora parece se inspirar no conceito de “arquivo” do filósofo Michel Foucault (1926-1984). O “arquivo” representa o con-

desloca o significado de “subalterno” do estudo de espaços de pobreza e formas de agência popular para um questionamento de categorias epistemológicas. Seguindo o trabalho de Spivak (1999), o subalterno pode ser entendido como marcando os limites do reconhecimento arquivístico e etnográfico; é isso que força uma análise de epistemologias e metodologias dominantes. Destinado a ser mais do que uma ruptura epistemológica, o artigo destaca emergentes estratégias analíticas de pesquisa. Particularmente, são discutidas quatro categorias – periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos. Informadas pelo urbanismo do Sul global, essas categorias rompem com entendimentos ontológicos e topológicos de sujeitos e espaços subalternos.

## A FAVELA METONÍMICA

A megacidade é uma metonímia para subdesenvolvimento, Terceiro Mundismo, Sul global. Como uma metonímia, a megacidade evoca uma condição humana abjeta, mas inspiradora, uma que vive na imundície e no esgoto, mas que é animada pela “habilidade alquímica” (Crerar, 2010) de sobreviver e prosperar. É a favela, a favela do Terceiro Mundo, que constitui a geografia icônica dessa condição urbana e humana. É o “arcabouço reconhecível” através do qual as cidades do Sul global são percebidas e compreendidas, suas diferenças mapeadas e localizadas (Nuttall e Mbembe, 2005: 193). Muito mais está em jogo aqui do que o medo de Gilbert (2007: 701) do uso de um “antigo, nunca eufemístico... perigoso estereótipo”. Se quisermos prestar atenção ao que a crítica pós-colonial Gayatri Chakravorty Spivak (1985: 262) identificou como a “mundialização”<sup>2</sup> do que agora é chamado de Terceiro Mundo, é necessário confrontar como a megacidade é mundializada através do ícone da favela. Em outras palavras, a favela tornou-se o mais comum itinerário por meio do qual a cidade do Terceiro Mundo (ou seja, a megacidade) é reconhecida.

Eu não uso o termo “itinerário” casualmente. Hoje, a favela do Terceiro Mundo é um itinerário, um “trânsito turístico” (Freire-Medeiros, 2009). O exemplo mais óbvio disso é o passeio turístico pela favela, disponível na favela da Rocinha no Rio de Janeiro, na *township* de Soweto em Joanesburgo,

2 Tradução de *worlding* no original. No modo pelo qual é empregado pela autora, o termo “mundialização” não deve ser tomado na acepção estrita de globalização econômica, social, cultural etc., mas parece referir-se ao sentido com que foi desenvolvido pelo filósofo Martin Heidegger (1889–1976), na sua obra ‘Ser e Tempo’ (1927), para tratar do processo ativo e generativo de “fazer mundo”, “tornar-se mundo” (N.T).

nos *kampungs* de Jacarta e na favela de Dharavi em Mumbai. Um desses itinerários da favela aparece em forma de epígrafe como a introdução deste artigo. Nele, o jornalista Simon Crerar (2010), do *The Times*, introduz seus leitores à “dura existência dos pobres de Mumbai”, mas também ao “espírito e empreendedorismo”, no qual o “ritmo de trabalho” em meio a “moscas zumbindo” é “de tirar o fôlego”. De recicladores de plástico a fabricantes de *poppadams*, Crerar traça seu itinerário a partir de uma favela vibrante e rumorosa. Tal itinerário está de acordo com o *ethos* da *Reality Tours*, a companhia de “turismo ético” cujos guias orientam visitas a Dharavi. A *Reality Tours* (sem data) apresenta Dharavi, a “maior favela da Ásia”, como “um lugar de pobreza e dificuldades, mas também um lugar de empreendimento, humor e atividades sem fim”. Orgulhosa de aparecer em guias de viagens que vão de *Frommer* a *Lonely Planet*, a *Reality Tours* (ibid.) afirma que “Dharavi é o coração das pequenas indústrias em Mumbai” com um “volume de negócios anual de aproximadamente US\$ 665 milhões”. Os lucros do tour vão para uma organização sem fins lucrativos que administra uma escola para crianças das favelas, e os turistas são desencorajados a manejar câmeras ou a fotografar a realidade da favela.

O recente tour “favela e passeio turístico” de Crerar faz referência a duas dramáticas mundializações de Mumbai: os ataques “terroristas” de novembro de 2008 com seus locais de matança em hotéis de luxo e cafés urbanos, e o filme de grande sucesso comercial *Slumdog Millionaire*<sup>3</sup>. De fato, a narrativa de Crerar (2010) começa com o que já é um clichê bem usado: “Eu queria visitar Mumbai desde que o filme de Danny Boyle, *Slumdog Millionaire*, ganhou a glória no Oscar. O filme está ambientado em Dharavi, o leito empoeirado onde um milhão de almas vivem em uma área do tamanho do Hyde Park de Londres, cercada por todos os lados pelo metro quadrado mais caro da Ásia”. Em *Slumdog Millionaire*, as várias favelas de Mumbai são combinadas em uma composição singular que passou a ser interpretada como Dharavi, a maior favela da Ásia. Isso também é uma metonímia - Dharavi: Favela.

*Slumdog Millionaire* é uma mundialização da megacidade e da megacidade metonímica de Mumbai. O filme, com sua história de um jovem favelado e seus sonhos e aspirações, tem sido o foco de protestos na Índia, tanto por seu retrato apocalíptico da “fave-

3 Título original do filme ‘Quem quer ser um milionário?’, lançado no Brasil em 2009. A decisão em manter o título original em inglês – cuja tradução poderia ser “Favelado Milionário” – justifica-se principalmente pelas referências ao termo *Slumdog* (literalmente: “cães de favela”) ao longo do texto, que fundamentam as reflexões da autora sobre o tom depreciativo que o mesmo carrega no contexto indiano. (N.T).

la” como pornografia da pobreza – não somos “cães”, bradaram os moradores de favelas da Índia – quanto por sua romantização de uma forma de sair da favela – por isso, Salman Rushdie descartou o filme como impossivelmente irreal (Flood, 2009). Crerar (2010) observa que seu guia no passeio a Dharavi expressou aborrecimento com o uso depreciativo do termo “cão”: “As pessoas estavam bravas com a forma como foram representadas”.

*Slumdog Millionaire* pode ser interpretado como pornografia da pobreza. Também pode ser lido como uma metonímia, uma maneira de designar a megacidade que é Mumbai. O filme descreve o pesadelo violento que é Mumbai: as manifestações de 1992-3, quando multidões de nacionalistas hindus queimaram muçulmanos vivos nos becos das favelas de Mumbai; os sonhos despedaçados dos migrantes que se dirigem em bandos para a cidade, mas se tornam mais um corpo nos vastos circuitos de consumo e capital. Qual veio primeiro: a Mumbai fictícia e cinematográfica ou a Mumbai real de favelas “realísticas” e de passeios turísticos? Afinal, o livro de Suke-tu Mehta, *Maximum City*<sup>4</sup> (2004), que redesenha a linha entre ficção e etnografia, é ele mesmo uma inquietante história sombria da verdadeira Mumbai. *Slumdog Millionaire* é então apenas uma das muitas tecnologias de ficção através das quais cidades como Mumbai são constituídas. O filme descreve o que pode ser compreendido como *dhandha* – prática empresarial semelhante ao corre-corre das ruas. Todo mundo está na rua para fazer negócio – os empresários da miséria que mutilam crianças para que elas possam implorar nas calçadas de Mumbai; os empresários do espaço que substituem as favelas de Dharavi por condomínios de arranha-céus; e os empreendedores de sonhos que planejam jogos televisivos como um mundo de fantasia para os ricos e os pobres. O próprio filme *Slumdog Millionaire* passou a ser implicado em uma nova rodada de *dhandha* – da “explosão do turismo de favelas” (Crerar, 2010) à venda de Rubina Ali (uma das atrizes mirins do filme) por seu pai. É essa equivalência de cinema e megacidade/favela que Nandy (1999) e Mehta (2008) destacam de diferentes maneiras. Na sequência dos assassinatos de Mumbai, Mehta (ibid.) escreveu: “Assim como o cinema é um sonho de massa da audiência, Mumbai é um sonho de massa dos povos do sul da Ásia”. Nandy (1999: 2-3) argumenta que o cinema popular na Índia é o “ponto de vista da favela”, com a favela como uma entidade que “territorializa a transição da aldeia para a cidade”... do popular-come-o-camponês ao popular-come-o-massificado.

4 Em português: “Bombaim – Cidade Máxima”, tradução por Berilo Vargas, Editora Companhia das Letras, 2011. (N.T.)

Aqui, categorias de equivalência como “popular” ou “massa” conectam cinema, favela, megacidade e nação pós-colonial. Pode-se argumentar que essa equivalência é a condição da subalternidade.

A recepção de *Slumdog Millionaire* na Índia foi marcada por protestos. Pukar<sup>5</sup>, uma “iniciativa experimental” baseada em Mumbai, fundada pelo antropólogo Arjun Appadurai e preocupada com processos de “urbanização e globalização”, apresentou uma recusa nativa da narrativa violenta que o filme faz da *dhandha* na favela. Em particular, Pukar se opôs à palavra “favela” e procurou reposicionar Dharavi como uma zona de empreendimento econômico. Aqui está um trecho de uma artigo de opinião do Pukar publicado no *The New York Times* logo após o lançamento de *Slumdog Millionaire*:

Dharavi é provavelmente a parte mais ativa e viva de uma cidade incrivelmente industriosa. As pessoas aprenderam a responder de maneiras criativas à indiferença do Estado... Dharavi é pura engenhosidade. Mais de 60 anos atrás, ela começou como uma pequena aldeia nos pântanos e cresceu, sem apoio do governo, para se tornar um milagre econômico milionário, fornecendo comida à Mumbai e exportando artesanato e produtos manufaturados para lugares tão distantes quanto a Suécia. Nenhum plano diretor, projeto urbano, lei de zoneamento, código de obras ou conhecimento especializado pode reivindicar qualquer participação na prosperidade de Dharavi... Dharavi é uma história de sucesso econômico ao qual o mundo deve prestar atenção durante esses tempos de depressão global. Compreender esse lugar unicamente pelo termo genérico “favela” ignora a sua complexidade e dinamismo (Echanove e Srivastava, 2009).

A recusa nativa do projeto Pukar a *Slumdog Millionaire* é um exemplo do que eu chamo de “urbanismo subalterno”. Escrevendo contra narrativas apocalípticas e distópicas da megacidade, ele procura ressuscitar o espaço subalterno da favela como o de um urbanismo vibrante e empreendedor. Ao fazê-lo, confere reconhecimento aos subalternos urbanos e talvez até mesmo à megacidade como sujeito subalterno. Estou interessada nesse itinerário de reconhecimento e como ele molda o surgimento do que Rao (2006: 227) descreveu como “favela como teoria” – essa “passagem da favela como população e terreno”

5 Pukar (*Partners for Urban Knowledge, Action & Research*) é um coletivo transdisciplinar baseado em Mumbai, que funciona como incubadora para produção de conhecimento e inovação focada principalmente na perspectiva da juventude urbana. (Informações retiradas de <http://www.pukar.org/in/> (acesso em 18 de outubro de 2017). (N.T.)

para a favela como um “novo princípio territorial de ordem”. De fato, a favela metonímica é fundamental para a formação que estou designando como “urbanismo subalterno”.

## URBANISMO SUBALTERNO

É uma marca registrada da teoria pós-colonial que o conceito Gramsciano do “subalterno” foi tomado pela moderna historiografia Indiana, especificamente pelo grupo conhecido como Coletivo de Estudos Subalternos<sup>6</sup> (Sarkar, 1984; Spivak, 2005). Nessa apropriação da “Questão Meridional” de Gramsci, a ideia do subalterno foi usada para questionar o elitismo da historiografia (Guha, 1988). “Enfatizando as relações fundamentais de poder, de dominação e subordinação” (Sarkar, 1984: 273), o termo passou a significar um “espaço da diferença” (Spivak, 2005: 476). Mais notoriamente, na formulação de Ranajit Guha (1988: 44), o subalterno era a “diferença demográfica entre a população total indiana e todos aqueles [...] descritos como a ‘elite’”. Assim, a subalternidade passou a ser vista como a condição do povo, daqueles que não pertenciam e não podiam pertencer às classes de elite, um “atributo geral de subordinação” (ibid.: 35). Como Spivak (2005: 476) observa, em tal uso, o termo “subalterno” estava intimamente associado à ideia do popular. A política subalterna é, portanto, política popular e cultura popular. Além disso, no trabalho do Coletivo de Estudos Subalternos, a agência da mudança passou a ser localizada nessa esfera da política subalterna. Nesse sentido, a subalternidade tornou-se mais do que o “atributo geral de subordinação”; ela também se tornou uma teoria da agência, a da “política do povo” (Guha, 1988: 40). Mais recentemente, Partha Chatterjee (2004) tem desenvolvido o conceito de “sociedade política”, uma “política popular” que ele distingue da “sociedade civil” ou da

política dos cidadãos burgueses emancipados e portadores de direitos. Sociedade política, para Chatterjee (ibid.: 40), envolve reivindicações por habitação e subsistência por “grupos da população cuja própria subsistência ou moradia envolvem a violação da lei”.

Estou interessada nesta mudança: do subalterno marcando os limites do reconhecimento arquivístico ao subalterno como um agente de mudança. À medida que o subalterno recebe uma identidade política distinta, então essa figura passa a estar associada a territórios distintos. Um desses territórios é a favela. É assim que a ideia do subalterno entrou no campo dos estudos urbanos, levando ao surgimento de uma formação que eu denomino de urbanismo subalterno. Dois temas são proeminentes no urbanismo subalterno: economias de empreendedorismo e agência política.

Voltemos por um momento à recusa nativa do Pukar a *Slumdog Millionaire*. A afirmação de Pukar de que Dharavi é uma economia empreendedora é bem confirmada pelo trabalho de diversos acadêmicos. Nijman (2010: 13), por exemplo, argumenta que a favela urbana é mais do que um armazenamento de mão de obra excedente; é também um espaço de “empreendedorismo doméstico”. É essa economia de empreendedorismo que está em exibição nos “tours de realidade” de Dharavi. Isso também tem um caráter metonímico, pois o empreendedorismo da favela representa um espírito empreendedor mais generalizado – talvez o da megacidade, talvez até mesmo o da nação pós-colonial. Assim, a importante jornalista indiana Barkha Dutt (2009) escreve que *Slumdog Millionaire* é uma “obra-prima”, porque ele retrata a “energia, o empreendedorismo e a imaginação das crianças das favelas”. Ela compara isso com “o espírito *jugadu* que é tão típico da Índia”.

*Jugadu* [...] era originalmente a palavra para designar uma invenção maravilhosa – um automóvel híbrido que funde o corpo de um jipe com o motor de uma bomba hidráulica e parece um trator. Hoje, veio a ser a nossa abreviação para a audácia – uma atitude de “nós damos conta do recado”, não importa o quão ruim as chances sejam (ibid.).

Da mesma forma, o arquiteto global Rem Koolhaas interpreta o urbanismo de Lagos como uma “cultura de se virar” (Enwezor, 2003: 116). Em seu encontro com Lagos, como parte do “Projeto na Cidade” de Harvard, Koolhaas é tomado pela inventividade de seus moradores enquanto eles sobrevivem à labuta da megacidade. Ele vê tais respostas experimentais como criadoras de “sistemas alternativos críticos, engenhosos”, um tipo de “auto-organização”

6 O Coletivo de Estudos Subalternos (*Subaltern Studies Collective*) é um grupo de estudiosos sul-asiáticos que surgiu na década de 1980, e tem como principais expoentes os autores Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Partha Chatterjee e Dipesh Chakrabarty. Constituem uma das correntes dos estudos pós-coloniais, preocupados em investigar os efeitos da colonização (passada e presente) sobre os colonizados e sobre os colonizadores. Em diferentes momentos de sua obra, Ananya Roy tem adotado e advogado uma perspectiva pós-colonial para os estudos urbanos (*postcolonial urbanism*) no intuito tanto de questionar a hegemonia do conhecimento produzido no Norte quanto de afirmar novas geografias de teoria que reconheçam o Sul global como mais do que objeto de investigação, mas como espaço de reflexão teórica. Ver: Roy, A. (2016). Who's Afraid of Postcolonial Theory?. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 200-209. (N.T.)

criando “intensas zonas emancipadoras” (Godlewski, 2010: 8-9). Não é surpreendente então que Koolhaas tire a seguinte conclusão: “Lagos não está nos alcançando. Em vez disso, podemos estar alcançando Lagos”. Desta forma, a megacidade aparentemente “alienígena e distante” torna-se a plataforma para uma análise “neo-organicista” do urbanismo (Gandy, 2005; Godlewski, 2010). Como observou Gandy (2006), essas imaginações baseiam-se na premissa da “diferença ontológica”, a megacidade africana situada fora das correntes da história mundial. Há muito o que se pode dizer sobre a figura do *starchitect* e o projeto da megacidade do Terceiro Mundo. Mas o que me interessa aqui é a ênfase nas economias de empreendedorismo auto-organizadas e como isso nos leva a uma teoria do urbanismo subalterno.

Koolhaas, delirante com o poder de seu próprio olhar, é facilmente descartado. Mas o urbanismo subalterno supera em muito os arquitetos descomprometidos em busca de novos projetos de exploração. As ideias de Koolhaas são melhor associadas às do influente guru das políticas globais, Hernando de Soto (2000)<sup>7</sup>, cujo otimismo libertário apresenta a favela do Terceiro Mundo como uma “economia popular” povoada por “empresários heróicos”. Aqui, a economia das favelas é interpretada como uma revolta popular contra a burocracia estatal, uma revolução a partir de baixo. Para Soto, tais economias são ricas em ativos, embora na forma defeituosa de capital morto. O “mistério do capital” é como esses ativos inativos e defeituosos podem ser transformados em capital líquido, desencadeando novas fronteiras de acumulação de capital.

Existe uma impressionante semelhança entre esses argumentos do libertarianismo econômico e os esquemas utópicos da esquerda. Por exemplo, em um esboço de “pós-capitalismo”, as geógrafas Gibson-Graham (2008: 613) celebram a “proliferação excitante de [...] projetos de autonomia econômica e experimentação”. Defendendo o ato de performar “novos mundos econômicos”, uma “ontologia da diferença econômica”, Gibson-Graham mostram “economias comunitárias” e nos invocam como pesquisadores a torná-las mais reais, verossímeis e viáveis.

Igualmente importante como um tema no urbanismo subalterno é a questão da agência política. Em seu relato apocalíptico amplamente divulgado de um “planeta de favelas”, Mike Davis (2004: 28) expressa ansiedade sobre a agência política dos favelados, perguntando: “Em que medida um proletá-

riado informal possui o mais potente dos talismãs marxista: ‘agência histórica’”? Davis argumenta que “os migrantes rurais desarraigados e os trabalhadores informais foram em grande parte despojados da força de trabalho fungível, ou reduzidos ao serviço doméstico nas casas dos ricos” e que, portanto, “eles têm pouco acesso à cultura do trabalho coletivo ou à luta de classes de larga escala”. Em oposição a esses relatos, o urbanismo subalterno recupera a figura do favelado como sujeito da história.

Tomemos, por exemplo, o trabalho de Asef Bayat (2000: 533), que argumenta que, nas cidades do Terceiro Mundo, um “subalterno marginalizado e desinstitucionalizado” constrói uma política de rua melhor entendida como “a invasão silenciosa do ordinário”. Há quase uma qualidade “whirtiniana”<sup>8</sup> na análise de Bayat, pois é o território da cidade do Terceiro Mundo reestruturada que produz essa invasão silenciosa. Mais recentemente, Bayat (2007) rejeitou os argumentos que ligam o surgimento do islamismo militante à “ecologia urbana das favelas superlotadas nas grandes cidades”. A favela, argumenta Bayat, não pode ser caracterizada por religiosidade radical, mas engendra um tipo distintivo de agência política: “vida informal”. Para Bayat (2007: 579), a “vida informal”, caracterizada por “flexibilidade, pragmatismo, negociação, bem como luta constante pela sobrevivência e autodesenvolvimento” é o “*habitus*<sup>9</sup> dos despossuídos”. Essa ideia – de um *habitus* da favela – é uma característica fundamental do urbanismo subalterno.

Em um relato altamente sofisticado, Solomon Benjamin (2008) delinea as diferenças entre três arenas políticas distintas: uma arena de política pública impregnada por lobbies imobiliários e capital financeiro; uma arena da sociedade civil que busca restringir a atividade política aos que são considerados “cidadãos legítimos”; e uma arena de “urbanismo

8 Referente à obra do sociólogo alemão americano Louis Wirth (1897-1952), membro da Escola de Chicago de sociologia urbana. No ensaio *Urbanism as a way of life* (1938), Wirth define a cidade como um modo de vida que se desenvolve em assentamentos grandes, densos e heterogêneos, e não mais em termos de disposição espacial, rompendo parcialmente com o enfoque da ecologia natural de seus predecessores. (N.T.).

9 *Habitus*: conceito desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) para teorizar o comportamento cultural como simultaneamente objetivo e subjetivo. Trata-se de um sistema de disposições incorporadas e de tendências que organizam as formas pelas quais os indivíduos percebem o mundo social ao seu redor e reagem a ele. Essas disposições geralmente são compartilhadas por pessoas de um mesmo grupo (em termos de classe social, religião, nacionalidade, etnia, profissão etc.), à medida que o *habitus* é adquirido através de *mimesis*, constituída na prática e sempre orientada para situações e problemas práticos. (N.T.).

7 Em português: “O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo”, Editora Record, 2011. (N.T.).

de ocupação” por meio da qual os pobres urbanos afirmam reivindicações territoriais, praticam a política do “banco de votos”<sup>10</sup> e atravessam os mais baixos e “porosos” limites da burocracia estatal. A análise de Benjamin não é de forma alguma “wirthiana”. Na verdade, seu relato político-econômico de múltiplos regimes de posse da terra alicerça firmemente a favela nos circuitos financeiros e no capitalismo imobiliário. Mas de uma maneira semelhante à conceituação de política popular do Coletivo de Estudos Subalternos, ele confere aos pobres uma forma distintiva de agência política: urbanismo de ocupação<sup>11</sup>. Tal urbanismo para Benjamin (ibid.: 719, 725) é necessariamente “subversivo”, apropriando-se de “excedentes imobiliários” e possuindo uma “consciência política que se recusa a ser disciplinada pelas ONGs e pelos ativistas progressistas bem-intencionados”. Desse modo, a análise de Benjamin tem uma estreita semelhança com a conceptualização de Chatterjee (2004) sobre a “sociedade política” como um espaço de política formado a partir da administração governamental das populações, mas escapando de tais formas de desenvolvimentismo.

Sou altamente simpatizante à causa do urbanismo subalterno. Eu o vejo como uma importante correção aos silêncios da historiografia e da teoria urbana, a “ignorância sancionada” – pegando emprestado uma expressão de Spivak (1999: 164) – que tem repetidamente ignorado o urbanismo que é a vida e o sustento de grande parte da humanidade mundial. Mesmo o encontro de Koolhaas com Lagos, como observa Godlewski (2010: 17), pode ser visto como um sinal do “sentimento crescente de que a teoria arquitetô-

10 Um banco de votos (*vote-bank*) é um bloco leal de eleitores de uma única comunidade, que constantemente apoia um certo candidato ou formação política em eleições democráticas, como resultado de uma expectativa de benefícios reais ou imaginados, muitas vezes ao custo de outras comunidades. O termo foi usado pela primeira vez pelo sociólogo indiano M. N. Srinivas em seu artigo *The Social System of a Mysore Village* (1955). (N.T).

11 “Urbanismo de ocupação” (*Occupancy Urbanism*) é um conceito proposto por Solomon Benjamin para explicitar a importância da ocupação do espaço como moldado por “historicidades multidimensionais incorporadas na prática cotidiana” por meio das quais uma dimensão de resiliência e reivindicações se define. O urbanismo de ocupação diz respeito, portanto, a um espaço político aberto por grupos pobres ao reivindicarem serviços básicos e múltiplos regimes de posse e propriedade da terra, por meio da apropriação de instituições e de complexas alianças políticas. Ver: Benjamin, S. (2007). *Occupancy urbanism: Ten theses*. *Sarai Reader*, 7(538-563); Benjamin, S. (2008). *Occupancy urbanism: Radicalizing politics and economy beyond policy and programs*. *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(3), 719-729. (N.T).

nica deveria abordar a prática global em vez de monumentos singulares no mundo ocidental”. E seria ingênuo culpar o urbanismo subalterno pelas diversas apropriações do empreendedorismo de favela que hoje constituem um tráfego cada vez mais intenso de tours de favelas, filmes de grande sucesso comercial, ONGs empreendedoras e arquitetos e consultores de políticas a nível mundial.

Na verdade, a urgência de tal reconhecimento está por toda nossa volta. Trabalhando na fronteira EUA-México e rastreando as mutações móveis desse urbanismo militarizado, o arquiteto Teddy Cruz (2007: 75) busca “urbanismos alternativos de transgressão”. Nos bairros fronteiriços, ele encontra “um ativismo migrante, de pequena escala”, o que ele designa como o “informal”. Esses urbanismos, ele argumenta, habitam o espaço “além da linha de propriedade na forma de práticas espaciais e empresariais desobedientes”. Aqui está um esforço para imaginar uma “nova marca de justiça social e econômica de baixo para cima” em meio à brutal subalternidade imposta pela fronteira global. Como não simpatizar com tal projeto?

Trabalhando por dentro, em vez de contra o urbanismo subalterno, espero colocar algumas questões críticas sobre esse projeto de reconhecimento e seus principais temas analíticos. Ao fazê-lo, aproveito a crítica de Spivak aos itinerários do “subalterno”. Escrevendo contra as versões de estudos subalternos que buscam identificar o subalterno como as classes subordinadas, como “diferença demográfica”, Spivak (1999: 191) lança dúvidas sobre a “etnografia conscienciosa” que espera estudar e representar os interesses do subalterno. Essa “transparência ‘produzida’”, ela observa corretamente, “marca o lugar do ‘interesse’” (ibid.: 265). O trabalho de Spivak, portanto, nos desafia a estudar como o subalterno é constituído como objeto de representação e conhecimento – no lugar da etnografia conscienciosa que afirma falar pelo subalterno autêntico. Ademais, Spivak questiona o deslizamento entre “subalterno” e “popular” que pode ser encontrado no trabalho do Coletivo de Estudos Subalternos e em muitas representações da agência política subalterna. Particularmente, Spivak (2005: 480) chama a atenção para o caráter metonímico de tais estruturas de subalternidade:

A agência presume coletividade, que é onde um grupo age por sinédoque: a parte que parece concordar é levada a representar o todo [...] Uma contradição performativa conecta a metonímia e a sinédoque em uma identidade agencial.

Com tais críticas em mente, apresento três desafios direcionados à formação que é o urbanismo su-

balterno. O primeiro está preocupado com a economia do empreendedorismo, o segundo com a agência política e o terceiro com o reconhecimento arquivístico e etnográfico.

## ITINERÁRIOS DE RECONHECIMENTO

Deixe-me voltar por um momento para o chamado utópico a mundos pós-capitalistas feito por acadêmicas críticas como Gibson-Graham. Em consonância com a formação mais ampla que é o urbanismo subalterno, esse chamado gira em torno de uma visão ontológica da economia popular. Gibson-Graham listam um conjunto de economias comunitárias marcadas pelo registro da diferença: ocupante, favelado, sem terra, crédito informal. Mas pode-se argumentar, como já fiz em meu trabalho recente (Roy, 2010), que as economias dessas pessoas também são as fronteiras ativas do capitalismo contemporâneo, os locais vacantes em que novas formas de acumulação são forjadas e expandidas – nos interstícios da favela, nos circuitos da microfinança. Não é surpreendente que os anseios pós-capitalistas possuam tão estreita semelhança com as ambições fronteiriças de libertários econômicos como Hernando de Soto. De Soto vê na ecologia da favela um mundo de capital morto que espera ser transformado em líquido. Ele é um importante interlocutor em uma composição de ideias e práticas que eu chamo de “capital da pobreza” – a conversão da pobreza em capital, a mineração da “fortuna no fundo da pirâmide” (Prahalad, 2004). A favela, em sua densidade territorial, representa um espaço crucial para o capitalismo dos “bilhões de baixo”, onde as populações pobres podem facilmente ser tornadas visíveis para o capital global. É assim que Dharavi, esse espaço subalterno celebrado na recusa nativa a *Slumdog Millionaire*, é muito mais do que uma economia auto-organizada da população. Ele é também cada vez mais visível ao capital global como um “ativo” urbano (Tutton, 2009), a “única vasta porção de terra restante que pode ser disponibilizada para novas atividades de construção” no coração de Mumbai (Singh, 2007). Mukesh Mehta, o arquiteto que lidera o controverso plano de remodelação de Dharavi, argumenta que tal projeto poderia ser o “*Canary Wharf*” da Índia (Tutton, 2009). Nas fronteiras da remodelação, os espaços de pobreza celebrados pelo urbanismo subalterno são transformados no que chamo de “populismo neoliberal” (Roy, 2010), uma completa mercantilização das economias comunitárias.

Questões similares estão em jogo na conceituação

da agência política subalterna. Enquanto Benjamin não sugere que o terreno do urbanismo de ocupação seja imune às maquinações políticas, ele ainda assim o apresenta como a política subversiva dos pobres, autônoma do desenvolvimentismo, da ação estatal e do capital imobiliário. Mas no trabalho de Weinstein (2008: 22), o desenvolvimento imobiliário também é o domínio das “máfias empreendedoras” – “sindicatos criminais locais, frequentemente com conexões globais”. Tais máfias operam em conjunto com o capital imobiliário, o Estado e a polícia. Isso também é um urbanismo de ocupação – dos poderosos – e ele existe em interpenetração complexa com a política do “banco de votos” e a reivindicação territorial dos subalternos urbanos.

Para compreender a virada nos estudos subalternos para o tema da agência política, é necessário prestar atenção ao esforço mais amplo da teoria pós-colonial. Em um esforço para erradicar o imperialismo do conhecimento, os teóricos pós-coloniais, especialmente aqueles treinados na tradição da teoria da dependência<sup>12</sup>, procuraram acabar com a “dependência epistêmica” (Mignolo, 2002: 85). Para Mignolo (ibid.: 90), isso significa confrontar a “diferença colonial”, aquilo que marca os limites da “teorização e do pensamento”, e que tornou o mundo “impensável além da epistemologia europeia (e posteriormente, norte atlântica)”. Como um exemplo de “razão libertadora”, Mignolo se volta para a ideia de “transmodernidade” de Dussel (2000: 473), na qual “a modernidade e a sua negada alteridade, suas vítimas, se completam mutuamente em um processo criativo”.

O urbanismo subalterno, com sua ênfase no subalterno como agente político, é uma recuperação do suplemento da modernidade, o Outro colonizado. Particularmente importante aqui é a conceptualização de Gidwani (2006) sobre “cosmopolitismos subalternos”. Escrevendo contra um cosmopolitismo que postula “suas origens provincianas e preconceituosas europeias em nome do ‘universal’”, Gidwani (ibid.: 16, 18) chama atenção para “as conexões possíveis entre os diferentes marginalizados”. Da mesma

12 A teoria da dependência foi desenvolvida, ao longo das décadas de 1960 e 1970, por intelectuais latino-americanos como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros. Ela consiste em uma leitura crítica e marxista não dogmática dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, com ênfase nas relações de dependência estrutural entre centro e periferia, em contraposição às posições marxistas etapistas mais ortodoxas e à visão desenvolvimentista estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (N.T.)

forma, McFarlane (2007) documenta a mundanidade da política de favela em Mumbai, designando esses imaginários e práticas como “cosmopolitismo da favela”. Tais intervenções estão no cerne da teoria pós-colonial: elas perturbam, atribulam e assim decolonizam ideias de modernidade e cosmopolitismo. E, ao fazê-lo, elas concedem uma agência política/pós-colonial aos subalternos, embora, como observam Jeffrey e McFarlane (2008: 420), “o cosmopolitismo subalterno é muitas vezes contraditório e limitado em seus efeitos políticos”.

Mas o que é essa agência pós-colonial? Sinto-me sensibilizada pela mundanidade do subalterno, pela vastidão da favela global, pelas novas solidariedades e horizontalidades tornadas possíveis por tais trocas transmodernas. Mas também sou comovida com a forma como a “ferida colonial” (Mignolo, 2005: 95) é a ocasião para uma série de centralizações pós-coloniais, para práticas violentas de dominação e hegemonia. Nessa transmodernidade, as experiências pós-coloniais, inauguradas pelos Estados-Nação emergentes e suas megacidades, geram e simulam um valor global. Essas experiências não podem ser lidas como uma inversão do poder colonial; ao contrário, elas demonstram a energia brutal da pós-colônia. Em alguns dos nossos trabalhos recentes, Aihwa Ong e eu tentamos analisar como tais urbanismos experimentais estão produzindo uma Ásia interconectada e interreferenciada, um circuito complexo e uma hierarquia de expertise, investimento e desenvolvimento entrecruzando Mumbai, Cingapura, Xangai, Dubai, Manila e Jacarta (Roy e Ong, 2011). Essas experiências pós-coloniais transformam a “ferida colonial” na ideologia de um ascendente “século Asiático”, de uma história a ser dominada pelas potências econômicas de um território imaginado como a Ásia.

Parece-me que, para abordar a questão da agência política subalterna, é necessário – como observou Spivak (2005) – fazer uma distinção entre agência e identidade. Se o subalterno é inscrito como o popular, então é possível atribuir uma identidade à política do povo. Mas se quisermos retornar ao sentido original do subalterno de Guha como “diferença demográfica”, então esse espaço de subordinação não pode ser representado por uma identidade coerente. Na melhor das hipóteses, a política subalterna pode ser vista como um domínio heterogêneo, contraditório e performativo da luta política. É essa performatividade que Spivak (ibid.: 482) busca capturar através de um retorno à ideia de metonímia: “O objetivo é ter acesso à situação, a metonímia, através de uma autossinédoque que pode ser retirada quando necessário antes do que confundido com a identidade”.

Aqui, o trabalho recente de Craig Jeffrey (2009)

sobre o *jugaar* é instrutivo. Enquanto o urbanismo subalterno tende a ver o *jugaar/jugadu* como o espírito de “se virar” da bricolagem inerente que caracteriza a favela, Jeffrey apresenta o *jugaar* como um empreendedorismo político estrategicamente realizado por várias classes sociais. Estudando como alguns estudantes operam dentro de uma “economia informal de práticas estatais”, Jeffrey (ibid.: 205-6) mostra como homens jovens pertencentes a uma classe média rural se envolvem em “improvisações astutas” para enfrentar um futuro de desemprego e incerteza econômica. A análise de Jeffrey é importante por dois motivos. Primeiro, mostra como uma estratégia aparentemente subalterna, como o *jugaar*, pode ser usada por várias classes sociais e incorporada de maneiras bastante diferenciadas (nesse caso, os alunos da classe média podem conspirar junto a funcionários do Estado). Em segundo lugar, Jeffrey destaca a “ambivalência moral” associada ao *jugaar* e como essa ambivalência foi negociada através de invenções culturais, o que exigiu se aproveitar da base social do poder de classe. Acontece então que, como no caso do urbanismo de ocupação ou da política de rua, *jugaar* não é o “*habitus* dos despossuídos”, mas sim uma estratégia flexível exercida diferencialmente por diferentes classes sociais no contexto da desigualdade urbana.

O que então é o subalterno? Onde então está o subalterno? Em sua crítica aos estudos subalternos, Spivak (2005: 476) argumenta que “a subalternidade é uma posição sem identidade”. Ela continua: “A subalternidade é onde as linhas sociais de mobilidade, estando em outro lugar, não permitem a formação de uma base reconhecível de ação”. Nesse sentido, o subalterno não é *habitus* nem território, nem politicamente subversivo nem culturalmente pragmático. Contra as leituras ontológicas e topológicas do subalterno, e com base na crítica de Spivak, argumento que o subalterno marca os limites do reconhecimento arquivístico e etnográfico. Essa ideia nos leva ao interesse inicial de Guha (1988) em desafiar o “elitismo da historiografia” ou ao chamado de Chakrabarty (1988: 179) para estudar as “condições para o conhecimento das condições da classe trabalhadora”, com especial atenção aos “silêncios” dos “documentos da classe dominante”. Mas enquanto Guha, Chakrabarty e outros membros do Coletivo de Estudos Subalternos procuram recuperar a história das classes subalternas, Spivak rejeita esse itinerário de reconhecimento. Em seu trabalho, o subalterno marca os silêncios de nossos arquivos e anais. É essa conceitualização do subalterno que acredito ser mais útil para os estudos urbanos, pois questiona as condições do conhecimento através das quais as “cidades marginalizadas” são situadas no mundo.

## ALÉM DO RECONHECIMENTO

No meu trabalho anterior, argumentei que o estudo da metrópole do século XXI requer novas geografias da teoria (Roy, 2009). O urbanismo subalterno é de fato uma dessas abordagens. É um desafio vital e mesmo radical às narrativas apocalípticas e distópicas da megacidade. No entanto, o urbanismo subalterno tende a permanecer vinculado ao estudo dos espaços da pobreza, das formas essenciais da agência popular, do *habitus* dos despossuídos, do empreendedorismo das economias auto-organizadas. Estou interessada em um conjunto de projetos teóricos que perturbam o urbanismo subalterno e, portanto, quebram com os entendimentos ontológicos e topológicos da subalternidade. No sentido mais amplo, estou interessada na seguinte questão: como podemos entender a inevitável heterogeneidade do urbanismo do Sul, aquele que não pode ser contido nas categorias metonímicas familiares de megacidades ou favelas, e que não pode ser mundializado através da “ferida colonial”? Com isso em mente, trago para o primeiro plano quatro conceitos emergentes: periferia, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos. Cada conceito tem uma genealogia distinta e, portanto, não pode ser visto como novo ou original. Por exemplo, a ideia da periferia pode ser atribuída às abordagens dependentistas latino-americanas dos sistemas mundiais e suas polarizações geográficas. Da mesma forma, a noção de setor informal foi apresentada pela primeira vez no contexto das economias leste-africanas e depois viajou para explicar formas de desproletarização e desregulamentação em muitas outras partes do mundo. Minha alegação não é que esses conceitos sejam novos e, portanto, dignos de atenção. Antes, estou interessada em como os estudiosos, trabalhando em uma variedade de contextos urbanos, estão usando esses conceitos para traçar novos itinerários de pesquisa e análise.

### Periferias

Em um tratado recente sobre a vida urbana, AbdouMalik Simone (2010) discute a importância da periferia na vida urbana. O conceito de periferia de Simone é multivalente. Por esse conceito, ele refere-se às cidades que têm estado “na periferia da análise urbana” e cujo urbanismo foi assim ignorado (ibid.: 14). Por periferia, ele também refere-se a um “espaço entre [...] nunca realmente inserido totalmente sob os auspícios da lógica e das trajetórias de desenvolvimento que caracterizam um centro” (ibid.: 40). É o “emaranhamento” da periferia e da “possibilidade” que mais interessa a Simone (ibid.: 33). Por um lado,

a periferia – não muito diferente da favela – é um espaço produzido por meio de intervenções humanitárias, reestruturação urbana, fluxos de capital, policiamento e controle. Mas, por outro lado, a periferia é um “espaço potencialmente generativo – uma fonte de inovação e adaptação [...] potencialmente desestabilizador do centro” (ibid.: 40).

A periferia é também um lugar? Simone (ibid.: 41), seguindo Jacquier, rejeita os significados topológicos da periferia e, em vez disso, usa o termo para se referir a uma “variedade de fraturas, descontinuidades ou ‘dobradiças’ disseminadas em territórios urbanos”. Mas ele também identifica a “zona intersticial entre urbano e rural” como uma das várias periferias significativas (ibid.: 45). Da mesma forma, Holston e Caldeira (2008: 18), buscando uma alternativa ao vocabulário das favelas, apresentam as periferias autoconstruídas das cidades brasileiras como espaços da invenção da cidadania: “Lugares de inovação metropolitana”, argumentam eles, “muitas vezes emergem nos mesmo lugares de degradação metropolitana”. Aqui, a periferia significa uma relação de interdependência em um dispositivo de dominação, mas também se refere a uma localização topográfica específica: os bairros periféricos dos pobres urbanos. Ideias semelhantes podem ser encontradas no trabalho da Escola de Los Angeles<sup>13</sup>, preocupada com a forma como, na metrópole pós-moderna, as hinterlândias ou a periferia agora organizam núcleos de cidades evacuados (Dear e Dahmann, 2008: 269).

A periferia, mesmo em seu uso topológico, é um importante dispositivo conceitual para descentralizar a análise urbana. Mas talvez mais significativa seja a afirmação de que a periferia é tanto um espaço de criação quanto uma forma de fazer teoria (Caldeira, 2009). Simone (2010: 14), por exemplo, argumenta que as cidades na periferia da análise urbana devem ser reposicionadas como uma “latitude inventada”, uma “faixa de vida urbana que vai de Dakar a Jacarta” que tem “similaridade e inter-relações entre si” e que margeia “a usual referência obrigatória às cidades do ‘Norte’”. Trata-se então de um itinerário de reco-

13 A Escola de Los Angeles (*LA School*) de Geografia e Teoria Urbana é um movimento acadêmico que surgiu em meados da década de 1980 na Califórnia, tendo como principais expoentes os autores Mike Davis, Michael Dear, Allen Scott, Edward Soja e Michael Storper. A partir de abordagens pós-marxistas ecléticas e de inspirações pós-modernas, eles defenderam a centralidade de Los Angeles como metrópole paradigmática do século XXI, pela intensidade com que ali combinavam-se processos de reestruturação produtiva, globalização econômica e cultural, dispersão e fragmentação do tecido urbano, e acirramento de novas formas de segregação e polarização socioespacial, no bojo da transição para o capitalismo pós-fordista e flexível.

nhcimento que é dramaticamente diferente daquele do mapa dominante das cidades globais e mundiais. Trata-se, assim, de uma cartografia de transmodernidade. Mas seria a periferia como teoria um distanciamento da favela como teoria?

Estou convencida de que a promessa do conceito de periferia reside na sua capacidade de transcender a localização territorial, de demonstrar vários desfechos que complicam a agência política e questionam as condições para o conhecimento. Simone (ibid.: 62, 28), por exemplo, destaca como a periferia também é uma “plataforma” para “política urbana antecipatória”, em que o “status periférico” pode ser usado como uma vantagem. No entanto, esse não é um *habitus* dos despossuídos. Na verdade, Simone (ibid.: 99) insiste que a “política de antecipação não é apenas uma forma de resistência ou simplesmente uma política de baixo”, já que “essas mesmas antecipações também podem ser usadas por atores e forças mais poderosas”. Caldeira (2008) vai além, argumentando que os jovens pobres da periferia usam táticas culturais como o rap para produzir uma “poderosa crítica social”. Mas eles também “estabelecem uma distância não negociável e sem mediações entre ricos e pobres, negros e brancos, centro e periferia, e articulam uma posição de fechamento”. É a análise de formas tão paradoxais de agência social que dificulta, perturba e expande o domínio do urbanismo subalterno.

### Informalidade urbana

O urbanismo subalterno funciona por meio de ontologias da favela. Tais leituras ontológicas da megacidade e dos seus urbanismos invocaram repetidamente a ideia do informal. Bayat (2007) afirma que a vida informal é o *habitus* dos despossuídos. Cruz (2007) vê a habitação informal na fronteira global como um urbanismo que transgride a “linha da propriedade”. Para Hernando de Soto (2000), o informal representa a rebelião popular dos pobres contra a burocracia estatal; é um sinal de empreendedorismo heroico. Mike Davis (2004: 24) afirma que o “sobrevivencialismo informal” é “o novo modo primário de sustento na maioria das cidades do Terceiro Mundo”. Ele evoca um uso mais antigo do termo “informal”, o de Keith Hart (1973: 61, 68), que identificou um “mundo das atividades econômicas fora da força de trabalho organizada” realizado por um “subproletariado urbano”. Em todos esses arcaísmos, o informal permanece sinônimo de pobreza e até mesmo de marginalidade. Continua a ser o território e *habitus* do urbanismo subalterno.

Contra essas várias interpretações, argumentei no meu trabalho que a informalidade deve ser enten-

tida como um idioma da urbanização, uma lógica pela qual o valor espacial diferencial é produzido e gerenciado (Roy e AlSayyad, 2004). A informalidade urbana não se restringe ao espaço delimitado da favela ou do trabalho desproletarizado/empreendedor; em vez disso, é um modo de produção do espaço que conecta as geografias aparentemente separadas da favela e do subúrbio. A fragmentação do urbanismo não ocorre na fenda entre formalidade e informalidade, mas sim, de modo fractal, dentro da produção informal do espaço. A urbanização informal é tanto a competência dos cidadãos ricos quanto dos favelados. Essas formas de informalidade urbana – das casas de campo de Delhi e das novas cidades de Calcutá aos shoppings de Mumbai – não são mais legais do que a favela metonímica. Mas eles são expressões de poder de classe e, portanto, podem exigir infraestrutura, serviços e legitimidade. Mais importante, elas são designadas como “formais” pelo Estado, enquanto outras formas de informalidade continuam sendo criminalizadas. Por exemplo, Weinstein (2008: 23) mostra como vários centros comerciais em Mumbai foram “construídos ilegalmente [...] pela maior e mais notória organização mafiosa da cidade, em terras pertencentes ao departamento de obras públicas do governo estadual”. Ou, no caso de Delhi, Gherner (2008: 66) observa que uma grande proporção do uso da terra da cidade viola alguma lei de planejamento ou construção, de modo que grande parte das construções na cidade pode ser vista como “não autorizada”. Ele coloca a questão vital de como e por que a lei veio a designar as favelas como “uso incômodo” e os moradores das favelas como uma “categoria secundária de cidadãos”, ao mesmo tempo que legitima os empreendimentos ilegais e informais que têm a aparência de “classe mundial”. Também em Delhi, Gidwani (2006: 12) caracteriza a proliferação de casas de campo ilegais como a “conquista urbana da Delhi exterior”, um processo de “construção não autorizada” que envolve “isolar as poucas extensões remanescentes de terrenos agrícolas”.

A valorização das informalidades de elite e a criminalização de informalidades subalternas produzem uma geografia urbana de valor espacial desigual. Isso, por sua vez, alimenta fronteiras de desenvolvimento e expansão urbana. Os espaços informalizados são recuperados através da renovação urbana, enquanto os espaços formalizados acumulam valor por meio da legitimidade conferida pelo Estado. Como conceito, a informalidade urbana, portanto, não pode ser entendida em termos ontológicos ou topológicos. Em vez disso, é um dispositivo heurístico que desvela a relação urbana sempre cambiante entre legal e ilegal, legítimo e ilegítimo, autorizado e não autorizado.

Essa relação é arbitrária e inconstante e, no entanto, é o local de considerável poder e violência do Estado. A informalidade urbana possibilita a compreensão de como a favela é produzida através da administração governamental da população (Chatterjee, 2004), bem como a forma como a cidade burguesa e seus edifícios de prosperidade são produzidos através das práticas do Estado. Nesse sentido, a informalidade urbana é um dispositivo heurístico que serve para desconstruir a própria base de legitimidade do Estado e seus diversos instrumentos: mapas, pesquisas, propriedade, zoneamento e, o mais importante, a lei.

### Zonas de exceção

O conceito de informalidade urbana denota uma mudança das ontologias da favela para uma análise do poder soberano e suas diversas negociações espacializadas. Também denota uma mudança da imaginação territorial de núcleos e periferias para as geometrias fractais da habitação metropolitana. Para uma teoria de tais espacialidades, é necessário recorrer ao trabalho de Aihwa Ong. Enquanto outros teóricos explicaram a lógica territorial do neoliberalismo como a das fronteiras revanchistas (Smith, 1996), da despossessão espacial (Harvey, 2005) ou do reescalonamento dos “espaços estatais” (Brenner, 2004), Ong (2006: 7) estuda “estratégias de fragmentação espacial orientadas pelo mercado”. Ela traça padrões de “espaços não contíguos e diferentemente administrados, de soberania graduada ou variegada”, ou zonas de exceção. Desde zonas econômicas especiais até regiões administrativas especiais, essas zonas fragmentam e ampliam o espaço do Estado-Nação. Tais práticas de zoneamento têm sido particularmente visíveis na China, onde a liberalização coincidiu com a “febre do zoneamento” – a formação de inúmeros tipos de zonas abrangendo zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico, zonas de desenvolvimento de alta tecnologia ou parques científicos, zonas aduaneiras ou zonas de livre comércio, zonas de cooperação econômica de regiões fronteiriças e zonas estatais de férias turísticas (Cartier, 2001: 455). George Lin (2010), portanto, informa que as milhares de zonas chinesas em conjunto cobrem um território que excede a área urbana total do país. Na verdade, pode-se perguntar: num território onde as zonas de exceção proliferam, o que então é a cidade?

O trabalho de Ong em zonas de exceção é um contraponto crucial para o urbanismo subalterno. Em vez do empreendedorismo das favelas, ela está preocupada com o que pode ser entendido como o Estado empreendedor. Ong (1999: 215-7) argumenta assim: “Eu sustento que o Estado-Nação – com

seu suposto monopólio sobre a soberania – continua a ser uma instituição fundamental na estruturação da ordem espacial”. Essa ordem é produzida e gerenciada através de “um sistema de zonas graduadas”. O que é crucial em relação a tais zonas de exceção é o “emprego diferencial de poder estatal”: que “as populações em diferentes zonas estão sujeitas ao controle político e à regulação social por agências estatais e não estatais”. Zonas de “privilégios superiores” (ibid.: 219) coexistem e contrastam com zonas de regimes de mão de obra barata; as zonas transnacionais de investimento coexistem e contrastam com as zonas transnacionais de administração de refugiados; zonas de regra neoliberal coexistem e contrastam com zonas que são exceções ao neoliberalismo.

Na teorização de Ong, as zonas de exceção são arranjos de poder soberano e biopoder. Ela está particularmente atenta às “tecnologias de subjetividade” e “tecnologias de sujeição” (Ong, 2006: 6) que caracterizam esses sistemas de zonas. Aqui, seu trabalho tem importantes conexões com o tema da exceção presente na obra de Giorgio Agamben. Para Agamben, o espaço de exceção é um estado de emergência produzido através da suspensão soberana da ordem jurídica. É, como Derek Gregory (2010b: 154) observou, um “espaço legal-letal”. Mas também é, como aponta Judith Butler (2004: 98, 67), um estado de “dessubjetivação”, um espaço onde “certos sujeitos passam por uma suspensão de seu status ontológico como sujeitos quando estados de emergência são invocados”.

Mas os estados de exceção não podem ser vistos fora dos espaços da habitação metropolitana. Em vez disso, eles indicam uma lógica “legal-letal” específica de dominação que está sempre presente nos espaços aparentemente ordinários da cidade. Das diversas tecnologias espaciais de exceção, Derek Gregory (2010a: 84) observa:

A própria linguagem de “capitulação extraordinária”, “presos fantasmas” e “lugares negros” implica algo fora do comum, espectral, uma zona crepuscular: um espaço serial da exceção. Mas esse espaçamento performativo funciona através da lei para anular a lei; não é um “estado” de exceção que pode ser contraposto a um mundo governado por regras da política e do poder “normais”.

Escrevendo contra Agamben, Ong (2006: 22, 23) observa que não é suficiente traçar a “lógica da exceção” que é “invocada contra os politicamente excluídos” e que é medida em relação a uma “norma universal da humanidade”. Nas zonas de exceção múltiplas e diferenciadas que ela documenta, a regra

se desenrola através da liberdade, dos direitos, da virtude, do nacionalismo e de muitas outras “visões da boa vida”.

### Espaços cinzentos

Em sua análise da prisão da guerra global, Gregory (2010a: 57) interpreta tais espaços de exceção adicionalmente como “um espaço potencial de modernidade política”. É um “aparato de poder profundamente colonial” que dá “forma e força” a tais espaços. Contudo, ele observa, as “preocupações metropolitanas de Foucault e Agamben mais ou menos apagam” esse presente colonial. A prisão da guerra global como metonímia para a violência colonial marca assim os limites do reconhecimento arquivístico e etnográfico. É também o agudo contraponto a esse outro espaço da modernidade política – a política popular do subalterno alardeada por Chatterjee (2004).

O chamado de Gregory para assumirmos o estudo do colonialismo e suas culturas de guerra nos leva ao conceito de “espaços cinzentos” apresentados por Oren Yiftachel. Escrevendo no contexto do que ele designa como “colonialismo urbano”, Yiftachel (2009a: 88) descreve “espaços cinzentos” como “aqueles posicionados entre a ‘brancura’ da legalidade/aprovação/segurança e a ‘negritude’ do despejo/destruição/morte”. Ele observa que esses espaços são tolerados e gerenciados, mas apenas “enquanto encarcerados dentro de discursos de ‘contaminação’, ‘criminalidade’ e ‘ameaça pública’ para a desejada ‘ordem das coisas’” (ibid.: 89). Existem conexões importantes entre o “espaço cinzento” e outros conceitos que apresentei anteriormente neste artigo. O “espaçamento cinza” evidencia a flexibilidade do poder soberano que é o cerne da análise de Ong sobre as zonas de exceção. Para Yiftachel (2009b: 247), tal “espaçamento cinza” ocorre na “periferia das periferias”, como no empobrecimento dos beduínos indígenas por um Estado etnocrático israelense. A essas margens colonizadas, Yiftachel (2008: 366) argumenta que “a vida nua” deve ser entendida como “rotina diária, não como exceção”. E, finalmente, Yiftachel (2009a: 92) está particularmente interessado, como eu, em analisar a maneira pela qual o poder do Estado formaliza e criminaliza diferentes configurações espaciais:

A compreensão do espaço cinzento como alongado por todo espectro, desde empreendedores poderosos até “invasores” sem terra e sem teto, nos ajuda a conceituar duas dinâmicas associadas que podemos chamar aqui de “branqueamento” e “enegrecimento”. O primeiro alude à tendência do sistema de “lavar” os espaços cinzentos criados “desde cima”

por interesses poderosos ou favoráveis. O último denota o processo de “resolver” o problema do espaço cinzento marginalizado com destruição, expulsão ou eliminação. O poder violento do Estado é posto em ação, transformando o cinzento em negro.

O conceito de espaços cinzentos de Yiftachel tanto estende quanto desafia a ideia de “diferença colonial” e, portanto, a localização epistêmica e política da subalternidade. Em configurações de diferença colonial, podem os arquivos e os anais produzir a voz do subalterno? Ou essa voz e existência são constantemente enegrecidas, constantemente apagadas?

### PONTOS DE FUGA

O elitismo da historiografia, que desencadeou o trabalho do Coletivo de Estudos Subalternos, também se esconde dentro do projeto dos estudos urbanos. Bunnell e Maringanti (2010) recentemente designaram essa tendência como “metrocentricidade”. O urbanismo subalterno é uma intervenção importante em tais condições de conhecimento. Isso questiona a “ignorância sancionada” que atende à metrocentricidade. O urbanismo subalterno também é uma política de reconhecimento, que busca tornar visível o que McFarlane (2008: 341) chamou de “sombas urbanas”, “espaços na margem da teoria urbana”. Essa é a favela como teoria; essa é a periferia como teoria.

Mas neste artigo também reclamei por uma interrupção das leituras ontológicas e topológicas da subalternidade, aquelas que celebram o *habitus* das “cidades faveladas” e atribuem uma única agência política à massa de subalternos urbanos. Para isso, me voltei para quatro conceitos emergentes – periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos – que juntos apresentam a possibilidade de uma valência diferente da teoria do Sul. Cada um desses conceitos é, no sentido de Mouffe (2000: 12), um “exterior constitutivo”, um fora que, estando por dentro, introduz uma “indecidível radical” à análise do urbanismo. Cada um deles é – pegando emprestado um termo de Mouffe (1993) e Gregory (2010a) – um “ponto de fuga”. Para Mouffe (1993: 85), um “ponto de fuga” é “algo a que devemos nos referir constantemente, mas que nunca pode ser alcançado”. Esse talvez seja o aspecto mais produtivo do conceito analítico de subalterno. Com isso em mente, os quatro conceitos emergentes aqui apresentados podem ser lidos como pontos de fuga nos limites dos itinerários de reconhecimento.

## REFERÊNCIAS

- Bayat, A. (2000) From 'dangerous classes' to 'quiet rebels': the politics of the urban subaltern in the global South. *International Sociology* 15.3, 533-57.
- Bayat, A. (2007) Radical religion and the habitus of the dispossessed: does Islamic militancy have an urban ecology? *International Journal of Urban and Regional Research* 31.3, 579-90.
- Benjamin, S. (2008) Occupancy urbanism: radicalizing politics and economy beyond policy and programs. *International Journal of Urban and Regional Research* 32.3, 719-29.
- Brenner, N. (2004) *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford University Press, New York.
- Bunnell, T. and A. Maringanti (2010) Practising urban and regional research beyond metrocentricity. *International Journal of Urban and Regional Research* 34.2, 415-20.
- Butler, J. (2004) *Precarious life: the power of mourning and violence*. Verso, New York.
- Caldeira, T. (2008) Worlds set apart. *Urban Age* [WWW document]. URL [http://www.urban-age.net/10\\_cities/08\\_saoPaulo/\\_essays/SA\\_Caldeira.html](http://www.urban-age.net/10_cities/08_saoPaulo/_essays/SA_Caldeira.html) (accessed 10 June 2010).
- Caldeira, T. (2009) Opening remarks at the Peripheries: Decentering Urban Theory conference, University of California, Berkeley, 5-7 February.
- Cartier, C. (2001) Zone fever, the arable land debate, and real estate speculation: China's evolving land use regime and its geographical contradictions. *Journal of Contemporary China* 10.28, 445-69.
- Chakrabarty, D. (1988) Conditions for knowledge of working-class conditions. In R. Guha and G.C. Spivak (eds), *Selected subaltern studies*, Oxford University Press, New York.
- Chatterjee, P. (2004) *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. Columbia University Press, New York.
- Crerar, S. (2010) Mumbai slum tour: why you should see Dharavi. *The Times* 13 May [WWW document]. URL <http://www.timesonline.co.uk/tol/travel/destinations/india/article7124205.ece> (accessed 10 June 2010).
- Cruz, T. (2007) Levittown retrofitted: an urbanism beyond the property line. In D. Kelbaugh and K. McCullough (eds.), *Writing urbanism: a design reader*, Routledge, New York.
- Davis, M. (2004) Planet of slums: urban involution and the informal proletariat. *New Left Review* 26 March/April, 5-34.
- De Soto, H. (2000) *The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*. Basic Books, New York.
- Dear, M. and N. Dahmann (2008) Urban politics and the Los Angeles school of urbanism. *Urban Affairs Review* 44.2, 266-79.
- Dussel, E. (2000) Europe, modernity, and eurocentrism. *Nepantla* 1.3, 465-78.
- Dutt, B. (2009) Why isn't India saying 'jai ho'? *Hindustan Times* 31 January [WWW document]. URL <http://www.hindustantimes.com/Why-isn-t-India-saying-Jai-ho/Article1-372854.aspx> (accessed 1 March 2009).
- Echanove, M. and R. Srivastava (2009) Taking the slum out of 'slumdog'. *The New York Times* 21 February, A 21.
- Enwezor, O. (2003) Terminal modernity: Rem Koolhaas' discourse on entropy. In V. Patteeuw (ed.), *What is OMA: considering Rem Koolhaas and the Office for Metropolitan Architecture*, NAI Publishers, Rotterdam.
- Flood, A. (2009) Rushdie attacks Slumdog Millionaire's 'impossible' plot. *The Guardian* 24 February [WWW document]. URL <http://www.guardian.co.uk/books/2009/feb/24/salman-rushdie-slumdog-millionaire> (accessed 15 March 2009).
- Freire-Medeiros, B. (2009) The favela and its touristic transits. *Geoforum* 40.4, 580-88.
- Gandy, M. (2005) Learning from Lagos. *New Left Review* 33 May/June, 37-53.
- Gandy, M. (2006) Planning, anti-planning and the infrastructure crisis facing metropolitan Lagos. *Urban Studies* 43.2, 371-96.
- Ghertner, A. (2008) Analysis of new legal discourse behind Delhi's slum demolitions. *Economic and Political Weekly* 43.20, 57-66.
- Gibson-Graham, J.K. (2008) Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. *Progress in Human Geography* 32.5, 613-32.
- Gidwani, V.K. (2006) Subaltern cosmopolitanism as politics. *Antipode* 38.1, 7-21.
- Gilbert, A. (2007) The return of the slum: does language matter? *International Journal of Urban and Regional Research* 31.4, 697-713.
- Godlewski, J. (2010) Alien and distant: Rem Koolhaas on film in Lagos, Nigeria. *Traditional Dwellings and Settlements Review* 21.2, 7-20.
- Gregory, D. (2010a) Vanishing points: law, violence, and exception in the global war prison. In E. Boehmer and S. Morton (eds.), *Terror and the postcolonial: a concise companion*, Blackwell, Malden, MA.
- Gregory, D. (2010b) War and peace. *Transactions of*

- the Institute of British Geographers* 35.2, 154-86.
- Guha, R. (1988) On some aspects of the historiography of colonial India. In R. Guha and G.C. Spivak (eds.), *Selected subaltern studies*, Oxford University Press, New York.
- Hart, K. (1973) Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *Journal of Modern African Studies* 11.1, 61-89.
- Harvey, D. (2005) *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press, New York.
- Holston, J. and T. Caldeira (2008) Urban peripheries and the invention of citizenship. *Harvard Design Magazine* 28, 19-23.
- Jeffrey, C. (2009) Fixing futures: educated unemployment through a north Indian lens. *Comparative Studies in Society and History* 51.1, 182-211.
- Jeffrey, C. and C. McFarlane (2008) Performing cosmopolitanism. *Environment and Planning D: Society and Space* 26.3, 420-27.
- Lin, G. (2010) The growth of Chinese cities in the era of volatile globalization: dynamics, challenges, and opportunities. Paper presented at the Making Global Cities and the World Economic Crisis conference, Shenzhen, 4-8 January.
- McFarlane, C. (2007) Postcolonial Bombay: decline of a cosmopolitanism city? *Environment and Planning D: Society and Space* 26.3, 480-99.
- McFarlane, C. (2008) Urban shadows: materiality, the 'Southern city' and urban theory. *Geography Compass* 2.2, 340-58.
- Mehta, S. (2004) *Maximum city: Bombay lost and found*. Knopf Books, New York.
- Mehta, S. (2008) What they hate about Mumbai. *The New York Times* 28 November [WWW document]. URL [http://www.nytimes.com/2008/11/29/opinion/29mehta.html?\\_r=2&em](http://www.nytimes.com/2008/11/29/opinion/29mehta.html?_r=2&em) (accessed 3 February 3 2009).
- Mignolo, W. (2002) The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly* 101.1, 57-96.
- Mignolo, W. (2005) *The idea of Latin America*. Blackwell, Malden, MA.
- Mouffe, C. (1993) *The return of the political*. Verso, New York.
- Mouffe, C. (2000) *The democratic paradox*. Verso, New York.
- Nandy, A. (1999) Indian popular cinema as a slum's eye view of politics. In A. Nandy (ed.), *The secret politics of our desires: innocence, culpability, and Indian popular cinema*, Palgrave Macmillan, New Delhi.
- Nijman, J. (2010) A study of space in Mumbai's slums. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie* 101.1, 4-17.
- Nuttall, S. and A. Mbembe (2005) A blasé attitude: a response to Michael Watts. *Public Culture* 17.1, 193-201.
- Ong, A. (1999) *Flexible citizenship: the cultural logics of transnationality*. Duke University Press, Durham.
- Ong, A. (2006) *Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Duke University Press, Durham.
- Prahalad, C.K. (2004) *The fortune at the bottom of the pyramid: eradicating poverty through profits*. Wharton School Publishing, Cambridge.
- Rao, V. (2006) Slum as theory: the South/Asian city and globalization. *International Journal of Urban and Regional Research* 30.1, 225-32.
- Reality Tours (n.d.) Homepage [WWW document]. URL <http://www.realitytoursandtravel.com/> (accessed 2 February 2010).
- Robinson, J. (2002) Global and world cities: a view from off the map. *International Journal of Urban and Regional Research* 26.3, 531-54.
- Roy, A. (2009) The 21st century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies* 43.6, 819-30.
- Roy, A. (2010) *Poverty capital: microfinance and the making of development*. Routledge, New York.
- Roy, A. and N. AlSayyad (2004) *Urban informality: transnational perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*. Lexington Books, Lanham.
- Roy, A. and A. Ong (eds.) (2011) *Worlding cities: Asian experiments and the art of being global*. Blackwell, Oxford.
- Sarkar, S. (1984) The conditions and nature of subaltern militancy: Bengal from Swadeshi to non-co-operation, c. 1905-22. In R. Guha (ed.), *Subaltern studies III*, Oxford University Press, New York.
- Simone, A. (2010) *City life from Dakar to Jakarta*. Routledge, New York.
- Singh, S. (2007) Dharavi displacement project. *Civil Society* August [WWW document]. URL <http://www.civilsocietyonline.com/aug07/aug0712.asp> (accessed 24 January 2009).
- Smith, N. (1996) *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Routledge, New York.
- Spivak, G.C. (1985) Three women's texts and a critique of imperialism. *Critical Inquiry* 12.1, 243-61.
- Spivak, G.C. (1999) *A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present*. Harvard University Press, Cambridge, MA.
- Spivak, G.C. (2005) Scattered speculations on the subaltern and the popular. *Postcolonial Studies*

8.4, 475-86.

Tutton, M. (2009) Real life 'Slumdog' slum to be demolished. CNN.com, 23 February [WWW document]. URL <http://edition.cnn.com/2009/TRAVEL/02/23/dharavi.mumbai.slums/index.html> (accessed 1 March 2009).

Weinstein, L. (2008) Mumbai's development mafias: globalization, organized crime and land development. *International Journal of Urban and Regional Research* 32.1, 22-39.

Yiftachel, O. (2008) (Un)settling colonial presents. *Political Geography* 27.3, 365-70.

Yiftachel, O. (2009a) Theoretical notes on 'gray cities': the coming of urban apartheid? *Planning Theory* 8.1, 88-100.

Yiftachel, O. (2009b) Critical theory and gray space: mobilization of the colonized. *City* 13.2/3, 246-63. ■

---

**Este texto foi publicado originalmente como:  
Roy, Ananya (2011). *Slumdog cities: Rethinking  
subaltern urbanism. International Journal of  
Urban and Regional Research*, 35(2), 223-238.**

TRADUTORES

## Mariana de Moura Cruz

é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Urbanismo pela École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris La Villette (ENSAPLV) e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da UFMG. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (UFMG) e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG).

[marimoura.arq@gmail.com](mailto:marimoura.arq@gmail.com)

## João B. M. Tonucci Filho

é professor e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE-UFMG). É graduado em Ciências Econômicas (UFMG), mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP) e doutor em Geografia (UFMG). É pesquisador do Núcleo Belo Horizonte do INCT Observatório das Metrôpoles.

[jontonucci@gmail.com](mailto:jontonucci@gmail.com)